

Assunto: Julgamento dos canibais marcado para 20 de outubro	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: CAPA	Seção/Repórter: Chamadas
Página: A1	Data: 17/06/2014



Garanhuns

Julgamento dos canibais marcado para 20 de outubro

O trio (um homem e duas mulheres) acusado de matar mulheres e comer a carne dos cadáveres vai responder por homicídio, vilipêndio e ocultação do corpo de Jéssica Camila da Silva Pereira. LOCAL A7

Assunto: Canibais vão a júri em outubro

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção/Repórter:

Página: A7

Data: 17/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

■■■ local

REPRODUÇÃO/TV CLUBE

DIÁRIO

Trio que matou mulheres e usou carne para se alimentar e recheiar salgados para vender vai responder por um dos crimes.

Defesa ainda pode recorrer

O homem e as duas mulheres que ficaram conhecidos como o trio de canibais de Garanhuns vão a júri popular em 20 de outubro, às 9h. A juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, decidiu que os réus Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva serão julgados pelo homicídio, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira. A defesa ainda pode recorrer. Eles também são suspeitos de assassinar outras duas mulheres, em Garanhuns, e usar a carne delas para recheiar coxinhas e empadas vendidas nas ruas da cidade agrestina.



Canibais vão a júri em outubro

Jorge, Isabel Cristina e Bruna Cristina admitiram oito mortes, mas a polícia confirmou três crimes

De acordo com a denúncia do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Jéssica Camila da Silva Pereira, 17 anos, foi morta pelos acusados em maio de 2008, em Olinda. O corpo da adolescente, segundo a denúncia, foi partido em pedaços. As investigações apontaram que o trio guardou a carne para consumo humano e ainda ocultou os restos mortais da vítima. Depois do assassinato, o trio passou a criar a filha da vítima e a acusada Bruna Cristina assumiu a identidade de Jéssica Camila.

O caso teve repercussão na-

cional. "Ante o exposto, por tudo o mais que dos autos consta, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e do art. 413, do Código de Processo Penal, pronuncio os acusados Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva devidamente qualificados na presente ação", escreveu a juíza na sentença de pronúncia. Os acusados, que já estão presos desde abril de 2012, permanecerão detidos até o dia do júri popular.

Os três réus são acusados

por homicídio quadruplamente qualificado (por motivo fútil, com emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes) e ocultação de cadáver. O advogado de Isabel Cristina, Paulo Sales, adiantou que não vai recorrer da decisão. "Acredito que minha cliente será absolvida dessa acusação. Minha tese de defesa será a de que ela era obrigada a recrutar as vítimas sob ameaças do companheiro, que vivia com outra mulher na mesma casa que ela", explicou

Sales. Até o fechamento desta edição, o Diário não conseguiu contato com o advogado dos réus Jorge e Bruna.

Caratê

Na época das investigações, o trio confessou o envolvimento em oito mortes ao todo, o que não foi confirmado. Segundo a polícia, Jorge era faixa-preta em caratê e seria o responsável por imobilizar as mulheres que chegavam à sua residência. Já Isabel e Bruna eram as responsáveis por matar as vítimas. A carne humana era congelada e depois consumida pelo trio.

“

Minha tese de defesa será a de que ela era obrigada a recrutar as vítimas sob as ameaças do companheiro”

Paulo Sales, advogado de Isabel Cristina

O perfil dos canibais

Isabel Cristina Pires da Silveira, 52 anos

- Dona de casa, alega sofrer de esquizofrenia
- Casada com Jorge Beltrão há mais de 30 anos
- Confessou à polícia a morte de oito pessoas
- Cozinha a carne humana para alimentar o trio e rechear salgados vendidos em Garanhuns
- Está na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima

Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, 52 anos

- Faixa preta de karatê, professor de educação física
- Confessou a execução de Jéssica e mais duas mulheres
- Responsável por cortar a cabeça das mulheres, esquartejar os corpos e retirar a carne
- Escreveu o livro Revelações de um Esquizofrênico, com detalhes dos crimes
- Está no Complexo Prisional do Curado

Bruna Cristina de Oliveira da Silva,

23 anos

- Na adolescência, conheceu os outros suspeitos e passou a viver com eles
- Mantinha relacionamento amoroso com Jorge
- Era responsável por levar as vítimas para a residência
- Ajudava a imobilizar as vítimas e retirar as carnes dos corpos
- Confessou a execução de Jéssica e mais duas mulheres
- Está na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima

Assunto: Corpo de empresário é exumado	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter:
Página: A7	Data: 17/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Corpo da vítima de homicídio passou 12 dias sem identificação no IML. Restos mortais serão enterrados no estado de Goiás



REPRODUÇÃO TV CLUBE

JUSTIÇA

Corpo de empresário é exumado

A família do empresário Wodisney Rodrigues Martins, 33 anos, morto em maio, conseguiu na Justiça o direito de exumar o corpo que estava enterrado como indigente no Cemitério Parque das Flores, no Sancho. O desembargador José Américo Pereira de Lira autorizou a exumação para que a família leve o empresário ao estado de Goiás, sua terra natal.

Depois de ter passado 12 dias sem identificação no necrotério do Instituto de Medicina Legal (IML), o corpo de Wodisney, que só foi identificado por familiares a partir de fotografias, acabou sendo

enterrado como indigente.

A decisão do desembargador foi dada no dia 29 de maio, mas o corpo de Wodisney só foi exumado no dia 6 de junho. “Agora o corpo es-

WODISNEY FOI SEPULTADO COMO INDIGENTE NO CEMITÉRIO PARQUE DAS FLORES

tá no IML novamente. Estamos esperando apenas uma documentação para levá-lo para Goiás”, revelou a viúva do empresário, Roberta Câmara Vieira. Segundo o advo-

gado João Donato, foi preciso fazer um novo pedido à Justiça para alterar a certidão de óbito do empresário.

“Como na certidão dele ainda consta como indigente, terá que ser feita outra, com a real identificação, para que o corpo possa ser finalmente enterrado pelos parentes”, esclareceu Donato.

Wodisney Rodrigues foi encontrado morto no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, no dia 9 de maio. A princípio, o crime pode ter sido latrocínio (assalto seguido de morte), isso porque o carro, o notebook e a carteira da vítima não foram loca-

lizados.

Segundo o delegado Ramon Teixeira, que investiga o caso, a polícia já sabe o que motivou o assassinato e descobriu toda a dinâmica do

crime. “A investigação está muito bem encaminhada, mas não posso dar muitos detalhes. Estamos trabalhando para prender os suspeitos”, disse o policial.

Assunto: Corpo de empresário é exumado	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter: Curtas
Página: B3	Data: 17/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

CENSO

84,5% dos juízes são brancos

Somente 1,4% dos juízes em atividade no Brasil se declararam negros, segundo o Censo dos Magistrados, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça. A maioria (84,5%) é formada por brancos e por homens (65%). Ainda de acordo com o Censo, 14% se declararam pardos e 0,1% indígenas e a jornada média diária é de 9 horas e 18 minutos.

Assunto: O festão de Cláudia	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: João Alberto	Seção/Repórter: Coluna Social
Página: B3	Data: 17/06/2014

■■■ viver

joãoalberto



E >>> @Joaoalbertodp

“Os homens que sempre falam a verdade são os que mais se aproximam de Deus.” Pitágoras

O festão de Cláudia

Muito prestigiado a festa que a advogada Cláudia Alencar comandou para comemorar seus 50 anos. Ao lado do marido, o desembargador Mauro Alencar, ela recebeu figuras do meio jurídico, político e social. O La Cuisine estava com decoração de Andréa Manzi em alusão à tropicália, com muitas orquídeas, frutas e a plantas exóticas de origem africana. A festa entrou pela noite ao som da Banda Caetano, Fab 2 e DJ Magal.

NANDO CHIAPPETTA/DP/DA PRESS



Mauro e Cláudia Alencar, na festa de aniversário dela

forço milhões

pe. Em 1ª discussão, deputados
onstrução da Cidade da Copa

Roberto Soares/Divulgação

servidores da Alepe tiveram aumento de 6,15% aprovado por unanimidade, também para reposição inflacionária.

CIDADE DA COPA

Entre as matérias aprovadas, passou em primeira discussão o projeto de lei que autoriza o Estado a doar um terreno de 200 hectares para a construção da Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata. A matéria foi proposta pelo Executivo.

A concessão da posse do terreno estava prevista no contrato com o Consórcio Arena Pernambuco, liderado pela Odebrecht. A única ressalva da oposição foi um pedido de informação, feito na semana passada, para o governo explicar os gastos na Parceria Público-Privada (PPP). “Sobre o terreno não temos nenhuma objeção a fazer, mas queremos saber como o governo está aplicando os recursos nessa PPP”, disse o deputado Sérgio Leite (PT). Durante 30 anos, o Estado se comprometeu a aplicar R\$ 5 milhões anualmente para manter a operação da Arena.

lição do FEM

\$ 2,1 milhões pa-
Contas do Esta-
peito do auxílio-
idores. Servido-
bém receberam
%, que gera im-
R\$ 36,6 milhões,
do o governo, vai
do período. Os

Assunto: CNJ: 84,5% dos juízes são brancos	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Brasil	Seção/Repórter:
Página: 08	Data: 17/06/2014

jornal do  commercio

CNJ: 84,5% dos juízes são brancos

JUSTIÇA Segundo o censo dos Magistrados, o perfil dos juízes brasileiros é definido como homem branco, 45 anos, casado e com filhos. Os negros representam apenas 1,4%

RIO - Homem branco, de 45 anos, casado e com filhos. Esse é o perfil da maioria dos juízes do Brasil, segundo os números preliminares do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final do ano passado e divulgados ontem, no Plenário do CNJ, durante a 191ª Sessão Ordinária do Conselho. A pesquisa apontou que 64% dos magistrados do Brasil são homens. Nos tribunais superiores, essa proporção chega a 82%.

Realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) entre 4 de novembro e 20 de dezembro de 2013, o levantamento também aponta que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos.

Em relação à composição étnico-racial da carreira, juízes, desembargadores e ministros



INDIFERENÇA “Não estou nem aí”, reagiu Joaquim Barbosa ao ser questionado sobre cotas no Judiciário

declararam ser brancos em 84,5% dos casos (no total da população brasileira, este percentual é de 46%). Apenas 14% se consideram pardos, 1,4%, pretos e 0,1%, indígenas. Segundo o censo, há apenas 91 deficientes entre os pouco mais de 17 mil juízes.

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, ao ser questiona-

do ontem se esses dados não poderiam levar a um debate sobre cotas no Judiciário, demonstrou indiferença: “Não sei, não sei, não sei e estou de saída. Não estou nem aí”. A jornada de trabalho diária dos juízes é, em média, de 9 horas e 18 minutos. Os juízes em início de carreira (substitutos) têm a maior carga horária de traba-

lho, com 9 horas e 37 minutos. Além do trabalho jurisdicional, 14% dos magistrados também realizam atividades docentes e 63% deles informaram possuir pós-graduação.

Para o coordenador do Censo, conselheiro Paulo Teixeira, trata-se da primeira pesquisa aberta aos magistrados de todo o País. “Os resultados são alvissareiros, mesmo comparando-os a pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Canadá. A diferença é que, nesses países, as pesquisas são periódicas e realizadas há muitos anos. O estudo completo está disponibilizado no site do CNJ e será disponibilizado também aos tribunais e associações de classe. “Esse trabalho gigantesco tende a melhorar a prestação jurisdicional e a identificar a magistratura brasileira”, afirmou.

O objetivo do estudo era identificar o perfil da magistratura brasileira por meio de questionário sobre informações pessoais e profissionais. Dos 16.812 magistrados em atividade no País, 10.796 responderam ao questionário eletrônico proposto pelo CNJ, o que indica índice de resposta 64%.

Nelson Jr./STF

Assunto: Geraldo, o negociador	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: JC nas Ruas – Jorge Cavalcanti
Página: 02	Data: 17/06/2014

jornal do commercio

2 Jornal do commercio

cidades

jc nas ruas

Jorge Cavalcanti

cavalcanti.jorge@gmail.com

twitter: @jc_jcnasruas

telefone: (81) 3413.6103



Geraldo, o negociador

Após ser cobrado publicamente por um dos ativistas e perceber que não atravessaria sem desgastes o processo em torno da destinação da área do Cais José Estelita, o prefeito Geraldo Julio assumiu o papel de negociador. Chamou à mesa entidades da sociedade civil, o Consórcio Novo Recife e o Ocupe Estelita, movimento contrário à construção de doze torres no local.

À iniciativa, faltou coerência logo de início. Afinal, antes do ápice da polêmica atingido com a ocupação do terreno, o prefeito se reuniu com os representantes do consórcio, conhecia o projeto por inteiro e foi ele quem autorizou o início da demolição dos galpões, embargada em seguida.

Depois da quarta rodada de negociação realizada ontem, Geraldo Julio parece ter agido certo, mesmo que tardiamente. O debate perdeu alguns dos contornos radicais, embora os interesses do consórcio e do Ocupe Estelita continuem incompatíveis, e acabou a expectativa em torno de uma ação da PM para cumprir a ordem judicial de reintegração de posse da área.

Em outras palavras, o prefeito ganhou tempo abrindo o canal de diálogo com as partes. Agora, o consórcio terá 30 dias para redesenhar o projeto. É a garantia que, até o final da Copa, no próximo dia 13, o debate sobre o José Estelita ficará em banho-maria.

Assunto: Canibais vão a júri popular	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter:
Página: 02	Data: 17/06/2014

jornal do  **commercio**

PCR define 30 dias para novas regras

NOVO RECIFE Prazo para apresentação de mudanças ao projeto urbanístico do Cais Estelita foi fixado pela prefeitura, na quarta rodada de negociação com sete entidades

Um documento contendo oito passos para um consenso sobre o Projeto Novo Recife – a ser executado no Cais José Estelita, bairro de São José, área Central do Recife, foi assinado na quarta rodada de negociação mediada pela prefeitura municipal, na manhã de ontem, por sete das 11 entidades envolvidas no fórum de discussões sobre o tema e encaminhado, à tarde, para as demais. Entre as propostas, a de que novas diretrizes urbanísticas a serem observadas no redesenho do projeto sejam definidas em um prazo de 30 dias e levadas à audiência pública logo depois.

Os procedimentos foram acordados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco e Observatório do Recife. Falta serem aprovados pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, Movimento Ocupe Estelita e Consórcio Novo Recife, que não participaram desta última reunião e devem avaliar, individualmente, se concordam em dar continuidade à negociação.

“Não acredito que ninguém vá discordar, um acordo é bom para todos”, avalia o presidente do CAU-PE, Roberto Montezuma. “Avançamos muito nas discussões do que a cidade precisa para aquele local. Não está em questão um projeto arquitetôni-



AREA CENTRAL Demolição dos armazéns no Cais começou dia 21 de maio e foi interrompida

Consórcio terá mais 30 dias para redesenhar o projeto e submetê-lo a outra audiência

co, mas urbanístico que regene-re e valorize todo o bairro de São José. O papel dos empresários é importante e o da sociedade também. Esse movimento já foi visto em várias cidades do mundo e não se pode encará-lo com preconceito.”

REDESENHO

Se todos concordarem, após consolidação das diretrizes pela prefeitura a ideia é que o Consórcio Novo Recife tenha mais 30 dias para redesenhar o projeto e ele seja submetido a outra audiência. “A intenção é que a gente possa chegar a um acordo entre os envolvidos, oferecendo um resultado melhor pa-

ra a cidade”, destacou o prefeito Geraldo Julio.

Aprovado na gestão municipal anterior, em 2012, o projeto prevê a construção de 12 torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita. A área foi ocupada por manifestantes contrários ao projeto, no dia 21 de maio, quando começou a demolição dos galpões da antiga rede ferroviária. O Tribunal de Justiça de Pernambuco concedeu a reintegração de posse da área, o Ministério Público Estadual recorreu. No início do mês, a prefeitura decidiu atuar como intermediária. Suspendeu a licença de demolição e mantém paralisados os processos administrativos referentes ao projeto.

Bobby Fabrisak/JC Imagem/22-5-2014

Assunto: Canibais vão a júri popular	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter:
Página: 02	Data: 17/06/2014

jornal do commercio

TERÇA-FEIRA

Canibais vão a júri popular

O trio Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva, acusados de canibalismo em Garanhuns, no Agreste, e presos em 2012, vai a júri popular no dia 20 de outubro deste ano, às 9h. O grupo é acusado de homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira.

A decisão sobre o júri popular foi da juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, proferida na última sexta-feira (13),

Trio acusado de canibalismo em Garanhuns, no Agreste, será julgado no dia 20 de outubro

mas só divulgada ontem. “Ante o exposto, por tudo o mais que dos autos consta, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e do art. 413, do Código de Proces-

so Penal, pronuncio os acusados Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva devidamente qualificados na presente ação penal”, escreveu a juíza Maria Segunda. O trio continuará preso até o julgamento.

CASO

Jorge, Isabel e Bruna são acusados de assassinar Jéssica Camila da Silva Pereira, em maio de 2008, quando ela tinha 17 anos. O corpo da jovem foi partido em pedaços e o grupo passou a consumir a carne humana. Bruna

Cristina também assumiu a identidade de Jéssica.

O homicídio quadruplamente qualificado é quando o crime é executado por motivo fútil, com emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes.

Um laudo médico – solicitado pela defesa do trio – e divulgado em novembro do ano passado atestou que os acusados não têm insanidade mental, o que os colocaria na situação de imputáveis. O parecer foi elaborado pela Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) e entregue à Justiça.

Assunto: Juíza linha dura	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: JC nas Ruas – Jorge Cavalcanti
Página: 02	Data: 17/06/2014

2 jornal do commercio

cidades

jc nas ruas

Jorge Cavalcanti

cavalcanti.jorge@gmail.com

twitter: @jc_jcnasruas

telefone: (81) 3413.6103



Juíza linha dura

Ex-delegada de polícia, Maria Segunda Gomes de Lima, de Olinda, tem fama de ser uma magistrada correta e rigorosa com os acusados de crime. É ela quem presidirá o júri que vai julgar o trio que ficou conhecido como “canibais”.

Assunto: Torcedor deve ficar atento a promoções	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção/Repórter: Defesa do Consumidor
Página: 03	Data: 17/06/2014

jornal do  **commercio**

Torcedor deve ficar atento a promoções

MUNDIAL Até o fim dos jogos ainda há muitas oportunidades de ganhar prêmios – de televisores a ingresso vitalício para a Copa. Para se garantir, guarde nota fiscal e folhetos



A Copa do Mundo já começou, mas muitas marcas ainda estão apostando nas promoções relacionadas ao campeonato. A estratégia de investir em campanhas promocionais pode ser uma boa aliada para atrair consumidores, principalmente os pernambucanos: de acordo com uma pesquisa realizada pela agência NewStyle no mês de abril, 60% dos moradores do Recife disseram gostar muito de promoções.

De olho nisso, a Coca-Cola vem trabalhando com foco no Mundial desde 2010 e promete levar o vencedor da promoção Juntos em Todas as Copas, com mais dois acompanhantes, para todas as Copas do Mundo que ainda serão realizadas. Para concorrer, o consumidor deve enviar o código dos produtos por SMS ou cadastrar no site até o dia 13 de julho. O prêmio será entregue em certificado de ouro em até 30 dias após a validação do vencedor. A empresa não divulga a quantidade de códigos cadastrados desde o início da promoção, no dia 30 de maio.



ANÚNCIO Cliente deve manter provas de veiculação da oferta

A loja de artigos esportivos Centauro também está apostando na Copa do Mundo para atrair o público. Até o dia 28 de junho, a cada R\$ 50 em compras, os clientes concorrem a 100 ingressos para a final do campeonato, no dia 13 de julho no Maracanã.

Já quem comprar um veículo da Hyundai até o último dia da Copa não vai depender de sorteio para ter vantagens. Com a promoção Hexagarantia Hyundai, a empresa está aumentando a garantia de todos os automóveis, exceto os comerciais HR e HD78, de cinco

para seis anos.

A rede de varejo Casas Bahia, em parceria com a Samsung, vem com uma promoção diferente: se o Brasil for campeão da Copa, o consumidor que comprou uma TV Samsung de 60 polegadas leva outra televisão, de 51 polegadas, por apenas R\$ 1. Para participar da promoção, os televisores devem ser comprados até o dia 13 de julho.

As TVs de tela acima de 60 polegadas representavam, antes da campanha, cerca de 5% do total de TVs vendidas na rede Casas Bahia. Hoje, com a

campanha ainda em vigor, a participação varia entre 15% e 20% do total de televisores comercializados.

CUIDADOS

Os consumidores devem estar atentos às promoções, pois elas devem atender ao Código de Defesa do Consumidor. É necessário que o cliente guarde provas de que a oferta foi veiculada. “Ele precisa guardar a nota fiscal e a oferta, o jornal ou a revista”, explica a coordenadora institucional da Proteste, entidade de Defesa do Consumidor, Maria Inês Dolci.

Se a promoção for realizada pela internet, o consumidor pode tirar “prints” das páginas que circulam a oferta. “Se o anúncio da promoção foi veiculado pela televisão, ele deve anotar o dia, o canal e o horário em que foi exibido e, se for o caso, requisitar judicialmente”, completa Dolci.

Outra atitude importante é ler o regulamento da promoção. “Em caso de descumprimento, o consumidor deve procurar um órgão de defesa, como o Procon, e, se ainda não resolvido o problema, ele pode buscar a Justiça, por meio dos Juizados Especiais Cíveis”, explica o advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Christian Printes.

Heudes Regis/JC Imagem

Assunto: Canibais vão a júri popular no dia 20 de outubro em Olinda	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 17/06/2014

Rumo ao hexa!

FOLHA
DE PERNAMBUCO

PREÇO PROMOCIONAL PARA VENDA AVULSA **R\$ 1,50**

EXEMPLAR ASSINANTE VENDA PROIBIDA

Grupo EOM

www.folhape.com.br
Recife, 17 de Junho de 2014

TERÇA-FEIRA

Ano XVII nº 164
Fundador: Eduardo de Queiroz Montalvo

> Justiça

"Canibais" vão a júri popular no dia 20 de outubro em Olinda

Cotidiano > Página 3

Assunto: Trio de “canibais” será julgado	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 17/06/2014



> JUSTIÇA

Trio de “canibais” será julgado

RENATA COUTINHO

Depois de dois anos e dois meses de indefinições, finalmente foi marcado o julgamento do trio que ficou conhecido como “Canibais de Garanhuns”. Jorge Beltrão Neresomonte da Silveira, a esposa Isabel Cristina Pires da Silveira e a amante dele Bruna Oliveira da Silva vão a júri popular no dia 20 de outubro, às 9h, na vara da Comarca de Olinda. Na ocasião, será apreciado pela Justiça a morte da jovem Jéssica

Camila da Silva Pereira, então com 17 anos, assassinada pelos acusados em maio de 2008, em Rio Doce, Olinda. O julgamento dos outros dois crimes cometidos pelo trio em Garanhuns, no Agreste, ainda não foi marcado. Esses processos correm em segredo de Justiça.

A juíza Maria Segunda Gomes comentou que houve demora na definição da data porque o caso era complexo e envolveu um incidente de insanidade. Somente a verifica-

ção sobre a saúde mental e a relação do transtorno psiquiátrico com o cometimento dos crimes durou cerca de um ano, o que atrasou bastante o andamento do processo. Os laudos ficaram prontos em novembro e 2013 e ainda foram contestados pela defesa, mas as alegações para a realização de novas perícias médicas foram derrubadas pela Justiça. Com a indicação que os três tinham pleno gozo das faculdades mentais quando mataram as vítimas, a magistrada acei-

tou a denúncia por homicídio quadruplicamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira. Apesar da complexidade e da repercussão do caso, a juíza acredita em um júri rápido. “Acredito que não dura mais que um dia, apesar de serem três réus. Tudo vai depender das testemunhas de plenária pedidas pela defesa”, comentou Maria Segunda. Cada um dos réus pode levar à tribuna até cinco testemunhas.

Assunto: TJPE entre as cortes com melhor desempenho	
Veículo: folhape.com.br	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



PERSONA



Roberta Jungmann

Colaboração de ROMERO RAFAEL

DEIXA EU DANÇAR...

Bombou o niver de Cláudia Alencar, domingo, no La Cuisine, que ganhou décor de Andréa Manzi, no clima tropical. O chef Thiago Freitas assinou o bolo e a mesa de doces. Muitos nomes do mundo jurídico, como o presidente do TJPE, Frederico Neves, bateram o ponto. Mas amigos como Augusto Acioli, Augusto Carreras, Gustavo Negromonte e Júlio Oliveira não poderiam faltar. Ricardo Melo, que aniversariava, brindou idade nova lá. Já passava das dez da noite quando a banda Os Caetanos lotava o salão. Detalhe: a festa começou às 15h.

NO ESTALEIRO

Por conta da agenda pesada no fim de semana, com inauguração do hospital e con



Cláudia Alencar comemorou seus cinquentinha na companhia da família: o marido, o desembargador Mauro Alencar, e os filhos, Bárbara, que veio de intercâmbio na Inglaterra, e Bruno



Sophi seu La

Clemilson Campos

Assunto: Assembleia aprova reajuste salarial para servidores do Poder Judiciário de Pernambuco	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Assembleia aprova reajuste salarial para servidores do Poder Judiciário de Pernambuco

A Assembleia Legislativa aprovou, nesta segunda-feira (16), o reajuste de remuneração dos cargos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O projeto de lei 2043/2014, que prevê o aumento de 6,5% no salário e nas gratificações dos servidores, já havia sido aprovado em primeira votação, realizada na última quarta-feira (11). De acordo com a assessoria do TJPE, o percentual corresponde à inflação dos últimos 12 meses e é destinado à reposição de perdas salariais, como prevê a Constituição Federal. Os efeitos do reajuste são retroativos a 1º de maio.

Mesmo sendo aprovado dentro do intervalo de 180 dias antes do 1º turno das eleições, prazo que proíbe a concessão de aumento salarial a servidores públicos, este aumento é considerado legal. "O reajuste não desobedece à lei eleitoral, pois ele é permitido se estiver abaixo do valor da inflação ou for correspondente a ele", esclarece a deputada estadual Terezinha Nunes (PSDB), uma das relatoras do projeto de lei.

O projeto de lei foi aprovado pelos deputados estaduais em regime de urgência urgentíssima. Na segunda-feira passada (9), o pleno do TJPE aprovou a matéria, que foi encaminhada à Assembleia. Na quarta-feira (11), o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, da Comissão Finanças, Orçamento e Tributação, e da Comissão de Administração Pública e seguiu para primeira votação no plenário da Casa, recebendo aprovação. Após sua segunda aprovação, o projeto foi encaminhado para redação final do governador João Lyra Neto.

A proposta aprovada também aumenta os valores das gratificações de risco de vida, indenização de transporte e auxílio-alimentação. De acordo com o projeto, o reajuste causará um impacto financeiro de R\$ 30,8 milhões no orçamento deste ano.

Assunto: Canibais de Caruaru vão a júri popular em outubro	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Canibais de Caruaru vão a júri popular em outubro

A juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, decidiu que os réus Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva vão a júri popular pelo homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira.

A sentença de pronúncia foi proferida pela magistrada na última sexta-feira e já contém a data do julgamento: dia 20 de outubro deste ano, às 9h. A defesa dos réus ainda pode recorrer da decisão da juíza.

Assunto: Morte do promotor Thiago Faria voltará a ser investigada pela Polícia Civil	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Morte do promotor Thiago Faria voltará a ser investigada pela Polícia Civil

Depois de passar quatro meses engavetado, o inquérito que apura a morte do promotor de Justiça Thiago Faria Soares, de 36 anos, morto em 14 de outubro do ano passado, voltará a ser investigado. No entanto, frustrando o pedido dos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPE, a Polícia Civil seguirá com a apuração e não a Polícia Federal.

Isso porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido de liminar formulado pela Procuradoria-Geral da República, que após acordo com a Secretaria de Defesa Social (SDS) entendeu que as investigações poderiam passar a ser feita pela Polícia Federal. O pedido de federalização do caso foi feito pelo MPPE, em fevereiro deste ano, por achar que a Polícia Civil não estaria realizando um bom trabalho.

Assunto: Juízes pretos são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Juízes pretos são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou hoje (16) o resultado do primeiro Censo do Poder Judiciário, feito de forma voluntária por servidores e magistrados de todo o país. Os dados apontam que o perfil da magistratura é o de homens brancos (84,5%), com média de idade de 45 anos, casado e com filhos. Conforme a pesquisa, 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% pretos e apenas 0,1% se identificaram como indígenas. De acordo com a classificação racial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos e pardos, somados, formam o grupo de negros.

O censo teve participação de 60% (170,7 mil) dos servidores do Judiciário e de 64% dos juízes (10,7 mil). Apesar de poucos juízes afrodescendentes na Justiça, em dois anos, o percentual de negros que ingressaram na carreira cresceu de 15% para 19%.

A pesquisa também mostra que 64% dos juízes são homens e 36% são mulheres. A presença de magistradas é maior na Justiça do Trabalho (47%). Do total de juízas que responderam ao censo, 65% afirmaram que a vida pessoal é afetada pela carreira em relação aos colegas homens. Pelo fato de ser mulher 30% das juízas informaram que vivenciaram reações negativas.

O Censo Nacional do Poder Judiciário teve início em agosto do ano passado e foi elaborado para definir o perfil dos magistrados e de servidores. De acordo com o CNJ, o censo terá importância para a formulação de políticas de recursos humanos e públicas do Judiciário.

Assunto: Cai liminar que proibia demolição do Edifício Caiçara, Zona Sul do Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Cai liminar que proibia demolição do Edifício Caiçara, Zona Sul do Recife

Decisão é do juiz Marcone José Fraga, da 5ª Vara da Fazenda Pública. Autores de ação popular contra derrubada podem recorrer da sentença.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) derrubou a liminar que proibia a demolição do Edifício Caiçara, na orla do Pina, Zona Sul do [Recife](#). A decisão é do juiz-substituto Marcone José Fraga do Nascimento, da 5ª Vara da Fazenda Pública, que atendeu a recurso dos advogados da Rio Ave, construtora que tem plano imobiliário para o terreno. Procurada pela reportagem, a empresa comunicou que já foi notificada pelo Poder Judiciário, mas que ainda não iria se pronunciar sobre o caso. Os autores da ação popular, que haviam conseguido a liminar, informaram que vão recorrer da decisão.

O magistrado justificou a decisão se baseando em pareceres técnicos, apontando que o Caiçara não tem qualquer relevância para a cultura ou história do Recife. “Reitero que o tombamento do prédio foi negado pelo Estado de Pernambuco, e a sua classificação como Imóvel Especial de Preservação, por sua vez, foi negada pelo Município do Recife, O CDU [Conselho de Desenvolvimento Urbano]. Só isso derruba a aspiração dos autores [da ação popular], fazendo desaparecer para eles qualquer resquício de um bom direito, de modo que se deve fulminar a liminar concedida”, escreveu. O despacho foi publicado no Diário Oficial de Justiça da última sexta (13).

Em outro trecho, o juiz Marcone José Fraga do Nascimento ressalta que o Caiçara trata-se apenas de um prédio velho. “Preservar o patrimônio cultural da cidade é manter as marcas de sua história ao longo do tempo e, assim, assegurar a possibilidade da construção dinâmica da identidade e da diversidade cultural daquela comunidade. Pergunta-se: Em que o Edf. Caiçara marcou a vida da cidade do Recife ou mesmo o Bairro do Pina? Em nada. Até esse estardalhaço midiático sobre este caso do Edf. Caiçara, eu mesmo, morador do bairro, não conhecia esse prédio e, garanto que, como eu, a maioria da população do Recife também conhecia. Trata-se apenas de um prédio velho, e não de um prédio histórico. Não há que se confundir velharia com historicidade”, argumentou.

Depois do Conselho Estadual de Cultural negar o tombamento do prédio, no fim do ano passado, alegando que “faltam pressupostos consagradores à medida”, o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife também decidiu, em abril último, não incluir o edifício na lista de Imóveis Especiais de Preservação (IEPs).

Construído no estilo neocolonial no início dos anos 1940, o Caiçara está situado na beira-mar do bairro do Pina. A estrutura, de dois andares e seis apartamentos, é uma das mais antigas da região, uma das mais valorizadas da capital pernambucana.

Em outubro de 2013, a construtora começou a demolir o imóvel, mas foi impedida de continuar após a obra ser embargada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Na época, grupos se uniram e fizeram protestos para pedir a proteção do prédio. Procurada nesta segunda pelo **G1**, a Fundarpe informou que está tomando conhecimento da decisão da Justiça para se posicionar oficialmente.

Assunto: Trio acusado de canibalismo vai a júri popular em Pernambuco	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Trio acusado de canibalismo vai a júri popular em Pernambuco

Crimes ocorreram em Olinda, Grande Recife, e Garanhuns, no Agreste. Defesa pode recorrer da decisão, da Vara do Tribunal do Júri de Olinda.

A juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, Grande Recife, decidiu que Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva, acusados de cometer canibalismo em **Garanhuns**, no Agreste de Pernambuco, vão a júri popular no dia 20 de outubro. O trio foi indiciado por homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio (violação) e ocultação do cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira. A sentença, proferida na última sexta (13), foi divulgada nesta segunda (16) pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça. Os réus vão permanecer presos até a data do júri. A defesa pode recorrer da decisão. No entanto, o advogado Paulo Sales, que defende Isabel Cristina, afirmou que não vai interpor recurso porque acredita na absolvição da sua cliente. Até o momento, o **G1** não conseguiu contato com os demais advogados.

As qualificações do homicídio são motivo fútil, emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes. A denúncia do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) afirma que a vítima de 17 anos foi assassinada pelos três em maio de 2008, em Rio Doce, **Olinda**. O corpo foi dividido em pedaços e o trio conservou a carne para consumo, ocultando as outras partes. Silveira, Pires e Silva também passaram a criar a filha da vítima. Bruna Cristina ainda assumiu a identidade de Jéssica. Os acusados também responder por duas mortes em Garanhuns. Todos os homicídios têm traços de violência, canibalismo e rituais macabros, conforme a denúncia do MPPE.

Um laudo técnico emitido em novembro passado atestou que os três não têm problemas mentais e, com isso, poderiam responder aos atos que cometeram. O homem e as duas mulheres foram avaliados pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), em Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife.

Entenda o caso

O inquérito relata que Jéssica Pereira era moradora de rua, tinha 17 anos, uma filha de um ano e aceitou viver com os acusados. Eles planejaram ficar com a criança depois de matar a mãe. Em Garanhuns, as vítimas foram Giselly Helena da Silva, 31 anos, e Alexandra Falcão da Silva, 20 anos, mortas, respectivamente, em fevereiro e março de 2012.

De acordo com a polícia, a carne dos corpos das vítimas era fatiada, guardada na geladeira e consumida pelo trio. A criança, inclusive, também teria comido da carne da mãe. Eles teriam até utilizado parte da carne das vítimas para rechear coxinhas e salgadinhos que vendiam em Garanhuns.

Os acusados afirmam fazer parte da seita Cartel, que visa a purificação do mundo e o controle populacional. A ingestão da carne faria parte do processo de purificação. O caso veio a público depois que parentes de Giselly Helena da Silva denunciaram o seu desaparecimento. Os acusado usaram o cartão de crédito da vítima em lojas de Garanhuns e foram rastreados pela polícia. Uma publicação contendo os detalhes dos crimes - registrada em cartório - foi encontrada na casa dos réus. Para a Polícia Civil de Pernambuco, não há possibilidade de outras mortes terem sido praticadas pelo trio no estado.

Assunto: Paciente sofre com falta de remédio para tratar câncer de medula em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Paciente sofre com falta de remédio para tratar câncer de medula em PE

Remédio não é comercializado no Brasil e deve ser fornecido pelo estado. Homem entrou na Justiça no ano passado, mas não recebeu medicação

O remédio para o tratamento de câncer de medula, necessário para pacientes de todo o estado, está em falta em Pernambuco. A situação tem afetado o aposentado Hamilton Alves, de 45 anos, desde o ano passado, quando começou a procurar o medicamento nas farmácias do estado. Ele tem mieloma múltiplo, câncer de medula, doença que provoca alterações sanguíneas, interfere na produção de anticorpos e enfraquece os ossos, causando fortes dores no corpo. A equipe do Bom Dia Pernambuco percorreu o trajeto com o paciente até a farmácia do estado e resultado foi mostrado em reportagem na manhã desta segunda-feira (16).

Hamilton precisa de 12 caixas do medicamento. Em cada caixa são 21 comprimidos. Pela prescrição médica, ele deve tomar um comprimido por dia, em 21 dias seguidos. Depois, descansa uma semana e, em seguida, retoma o tratamento até completar as 12 caixas (feitas em 12 ciclos). Ao todo, são 252 comprimidos. O custo informado pelos fornecedores é de R\$ 330 mil, em média. Como a medicação é indispensável, ele pega um ônibus até a farmácia do estado mais próxima de casa.

“É muita dor, porque os ossos estão todos comprometidos. Posso vir a ter fraturas a qualquer momento, como uma queda, um abalo brusco no ônibus. Estou sujeito a tudo e uma queda pode ser fatal”, conta o aposentado, que foi em pé no coletivo. A farmácia de medicamentos excepcionais fica no antigo prédio da Secretaria de Saúde, local para onde Hamilton já fez muitas viagens, sempre em vão. Todas as vezes ele recebe uma declaração de comparecimento. “É sempre a mesma resposta: estamos fazendo a compra da medicação. O sistema diz que a medicação está liberada para mim, mas infelizmente não fornecem”, conta.

Depois das visitas frustradas à farmácia, o aposentado segue para o Hemope, onde tem consulta com o médico responsável pelo acompanhamento. “A gente só pode esperar que a doença vá avançando. Eventualmente uma lesão numa vértebra, por exemplo, corre o risco de vir comprimir essa vértebra e ele ficar paralítico”, comenta o hematologista Emilton Dias.

“Esperamos que a Secretaria cumpra, mas também não forneça apenas uma caixa. Porque, no caso do meu tratamento, a duração é de um ano. Senão eu vou ter que interromper meu tratamento depois”, critica o paciente.

Histórico

Em novembro de 2013, Hamilton iniciou uma batalha jurídica contra o estado. Ele já fez transplante e tentou várias medicações, mas não obteve sucesso. Depois das tentativas, o médico prescreveu o medicamento Lenalidomida, de 25 mg, um remédio que inibe o crescimento do tumor, mas que não pode ser vendido no Brasil porque não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O aposentado solicitou à Secretaria de Saúde para comprar o remédio fora do país, mas teve o pedido negado. Em dezembro, ele entrou com um processo na 7ª Vara da Fazenda Pública, mas o pedido foi negado novamente. Somente em janeiro deste ano que ele teve o parecer favorável do Tribunal de Justiça, com a determinação para que o estado comprasse a medicamento. Ainda assim, nada foi feito para que o tratamento fosse oferecido. Mais tarde, em abril, foi estipulada uma multa por cada dia de descumprimento e, contudo, nada mudou. A Secretaria Estadual de Saúde respondeu que a comercialização do remédio que ele precisa é proibida no Brasil e que a importação necessita de uma série de processos burocráticos. A secretaria informou, no entanto, que a compra do medicamento foi finalizada. Hamilton informou que vai procurar a farmácia nesta quarta-feira, prazo que ofereceram para ele, para ver se o remédio chegou.

Assunto: Trio de canibais irá a júri popular em outubro	
Veículo: folhape.com.br	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Trio de canibais irá a júri popular em outubro

Suspeitos serão julgados pelos crimes de homicídio, vilipêndio e ocultação de cadáver



Trio assassinou Jéssica Camila, esquartejou o corpo da vítima e separou partes do cadáver para consumo

Os réus Jorge Beltrão Negromonte, Isabel Cristina Torreão e Bruna Cristina Oliveira, que ficaram conhecidos internacionalmente após terem atos de canibalismo divulgados pela imprensa, irão a júri popular pelo homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio (profanar, desrespeitar ou ultrajar um cadáver) e ocultação do cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira às 09h do próximo dia 20 de outubro deste ano. A decisão foi tomada pela Vara do tribunal do Júri da Comarca de Olinda na última sexta-feira (30) e divulgada para os veículos de imprensa nesta segunda-feira (16).

Em 2008, os réus assassinaram Jéssica Camila da Silva Pereira, então com 17 anos de idade, partiram o corpo da adolescente em pedaços, guardaram a carne do corpo para consumo humano e ocultaram os demais restos mortais da vítima. Além disso, uma das responsáveis pelo crime, Bruna Cristina, assumiu a identidade da adolescente morta e passou a criar a filha da vítima em conjunto com Jorge e Isabel.

Quando morta, Jéssica residia no loteamento Boa Fé-I, em Rio Doce, Olinda. Dentre as infrações que qualificam o crime, estão: morte por motivo fútil, com emprego de meio

cruel e sem dar chance de defesa à vítima; e ocultação de indícios para obter impunidade.

Relembre o caso

O trio canibal, na época da prisão residente na cidade de Garanhuns, é suspeito de pelo menos três assassinatos. Em investigação, a polícia encontrou dois corpos esquartejados enterrados no quintal da casa dos suspeitos. Em depoimento, a mulher de Jorge Beltrão, Isabel Cristina Pires, disse que vendia coxinhas, empadas, entre outros salgados, feitos com a carne das vítimas que matava. A carne era congelada, desfiada e também era utilizada para alimentar a família. A suspeita era ambulante e comercializava os itens em diversas partes de Caruaru e Garanhuns, ambas no Agreste de Pernambuco.

Assunto: Juízes pretos são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ	
Veículo: folhape.com.br	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Juízes pretos são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ

Conforme a pesquisa, 14% dos magistrados se declararam pardos e apenas 0,1% se identificaram com indígenas



Número de ingressantes, entretanto, subiu de 15% para 19%

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou nesta segunda-feira (16) o resultado do primeiro Censo do Poder Judiciário, feito de forma voluntária por servidores e magistrados de todo o país. Os dados apontam que o perfil da magistratura é o de homens brancos (84,5%), com média de idade de 45 anos, casado e com filhos. Conforme a pesquisa, 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% pretos e apenas 0,1% se identificaram como indígenas. De acordo com a classificação racial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos e pardos, somados, formam o grupo de negros.

O censo teve participação de 60% (170,7 mil) dos servidores do Judiciário e de 64% dos juízes (10,7 mil). Apesar de poucos juízes afrodescendentes na Justiça, em dois anos, o percentual de negros que ingressaram na carreira cresceu de 15% para 19%.

A pesquisa também mostra que 64% dos juízes são homens e 36% são mulheres. A presença de magistradas é maior na Justiça do Trabalho (47%). Do total de juízas que responderam ao censo, 65% afirmaram que a vida pessoal é afetada pela carreira em relação aos colegas homens. Pelo fato de ser mulher 30% das juízas informaram que vivenciaram reações negativas.

O Censo Nacional do Poder Judiciário teve início em agosto do ano passado e foi elaborado para definir o perfil dos magistrados e de servidores. De acordo com o CNJ, o censo terá importância para a formulação de políticas de recursos humanos e públicas do Judiciário.

Assunto: Pesquisa do CNJ aponta perfil dos magistrados brasileiros	
Veículo: CNJ	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Pesquisa do CNJ aponta perfil dos magistrados brasileiros

A magistratura brasileira é composta majoritariamente por homens. Segundo os números preliminares do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final do ano passado, 64% dos magistrados são do sexo masculino. Eles chegam a representar 82% dos ministros dos tribunais superiores. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (16/6), no Plenário do CNJ, durante a 191ª Sessão Ordinária do Conselho.

Realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) entre 4 de novembro e 20 de dezembro de 2013, o levantamento também aponta que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos.

Em relação à composição étnico-racial da carreira, juízes, desembargadores e ministros declararam ser brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4%, pretos e 0,1%, indígenas. Segundo o censo, há apenas 91 deficientes no universo da magistratura, estimado em pouco mais de 17 mil pessoas, segundo o anuário estatístico do CNJ Justiça em Números, elaborado com base no ano de 2012.

A jornada de trabalho diária dos juízes é, em média, de 9 horas e 18 minutos. Os juízes em início de carreira (substitutos) têm a maior carga horária de trabalho, com 9 horas e 37 minutos. Além do trabalho jurisdicional, 14% dos magistrados também realizam atividades docentes – 63% deles informaram possuir pós-graduação.

Para o coordenador do Censo, conselheiro Paulo Teixeira, trata-se da primeira pesquisa aberta aos magistrados de todo o país. “Os resultados são alvissareiros, mesmo comparando-os a pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Canadá. A diferença é que, nesses países, as pesquisas são periódicas e realizadas há muitos anos. O estudo completo está disponibilizado no portal do CNJ (www.cnj.jus.br/censo) e será disponibilizado também aos tribunais e associações de classe. Esse trabalho gigantesco tende a melhorar a prestação jurisdicional e a identificar a magistratura brasileira”, afirmou.

Pesquisa – O objetivo do estudo foi identificar o perfil da magistratura brasileira, razão pela qual o questionário consultou os magistrados brasileiros sobre informações pessoais e profissionais. Dos 16.812 magistrados em atividade no País, 10.796 responderam ao questionário eletrônico proposto pelo CNJ, o que indica índice de resposta de 64%.

Assunto: Bancos e empresas de telefonia firmam termo de cooperação com Judiciário	
Veículo: CNJ	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Banco e empresas de telefonia firmam termo de cooperação com Judiciário

Com o intuito de dar maior celeridade e efetividade ao trâmite de processos nos Juizados Especiais Cíveis, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmará, nesta segunda-feira (16/6), termo de cooperação técnica com bancos, empresas de telefonia e tribunais de justiça.

Os acordos serão assinados logo após a 191ª Sessão Plenária, pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e por representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), do Banco do Brasil e da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel).

Oito tribunais de Justiça participarão do projeto. São eles: os tribunais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso, Santa Catarina e Pará.

Com a celebração dos termos, as citações serão feitas por meio eletrônico em todos os processos em que os bancos e empresas de telefonia sejam parte. O acordo também prevê padronização das práticas autocompositivas, ou seja, dos meios consensuais de resolução dos litígios e gestão das pautas das audiências com concentração por réu.

A partir da execução dos convênios, será possível garantir agilidade no trâmite das ações que envolvem bancos e empresas de telefonia, além de qualidade nas soluções por consenso, em que as partes saem ganhando pelo resultado mais justo para ambos.

As assinaturas dos três termos de cooperação decorrem de um projeto-piloto, iniciado em abril de 2013, com os bancos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e que se mostrou efetivo, segundo a Corregedoria Nacional de Justiça.

O projeto decorre da constatação do CNJ de que os bancos e empresas de telefonia são os maiores demandados nos juizados especiais cíveis. De acordo com a pesquisa 100 Maiores Litigantes – 2012, os bancos figuram como polo passivo em 14,7% dos processos ingressados nos juizados nos 10 primeiros meses de 2011. As teles, em 8,3%.

Assunto: Pesquisa mostra que homens são maioria na magistratura	
Veículo: www.conjur.com.br	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Pesquisa mostra que homens são maioria na magistratura brasileira

A magistratura brasileira é composta majoritariamente por homens. Segundo os números preliminares do Censo dos Magistrados, feito pelo Conselho Nacional de Justiça no final do ano passado, 64% dos magistrados são do sexo masculino. Eles chegam a representar 82% dos ministros dos tribunais superiores. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (16/6), no Plenário do CNJ, durante a 191ª Sessão Ordinária do Conselho.

O levantamento aponta que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos.

Em relação à composição étnico-racial da carreira, juízes, desembargadores e ministros declararam ser brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4%, pretos e 0,1%, indígenas. Segundo o censo, há apenas 91 deficientes no universo da magistratura, estimado em pouco mais de 17 mil pessoas, segundo o anuário estatístico do CNJ Justiça em Números, elaborado com base no ano de 2012.

A jornada de trabalho diária dos juízes é, em média, de 9 horas e 18 minutos. Os juízes em início de carreira (substitutos) têm a maior carga horária de trabalho, com 9 horas e 37 minutos. Além do trabalho jurisdicional, 14% dos magistrados também realizam atividades docentes – 63% deles informaram possuir pós-graduação.

Para o coordenador do Censo, conselheiro Paulo Teixeira, trata-se da primeira pesquisa aberta aos magistrados de todo o país. “Os resultados são alvissareiros, mesmo comparando-os a pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América, Inglaterra e Canadá. A diferença é que, nesses países, as pesquisas são periódicas e realizadas há muitos anos. O estudo completo está disponibilizado no site do CNJ e será disponibilizado também aos tribunais e associações de classe. Esse trabalho gigantesco tende a melhorar a prestação jurisdicional e a identificar a magistratura brasileira”, afirmou.

O objetivo do estudo foi identificar o perfil da magistratura brasileira, razão pela qual o questionário consultou os magistrados brasileiros sobre informações pessoais e profissionais. Dos 16.812 magistrados em atividade no país, 10.796 (64%) responderam ao questionário eletrônico proposto pelo CNJ entre 4 de novembro e 20 de dezembro de 2013. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Assunto: Anotações do Cotidiano	
Veículo: Fernando Machado	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Anotações do Cotidiano

O **Tribunal de Justiça de Pernambuco** está entre as duas Cortes estaduais com melhor desempenho no cumprimento das metas estipuladas para o Judiciário em 2013. O relatório foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça sexta-feira. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul também foi apontado por, junto com o Judiciário pernambucano, cumprir quatro das cinco metas fixadas para o ano passado.

No próximo sábado, o Raiz de Serra Empresarial, leia-se **Mário Penna**, vai comemorar o São João na sua sede no Quilometro 82, em Gravatá, a partir das 19h. Vamos ter um trio pe de serra, quadrilha matuta, e até sorteios ultrabook ou Ipad ou uma tevê. Sem esquecer o cardápio tipicamente junino.

Assunto: Grande Recife: confira o que abre e o que fecha em dias de jogos do Brasil	
Veículo: NE10	Data: 16/06/2014
Editoria: Arena das Nações	Seção:



Grande Recife: confira o que abre e o que fecha em dias de jogos do Brasil



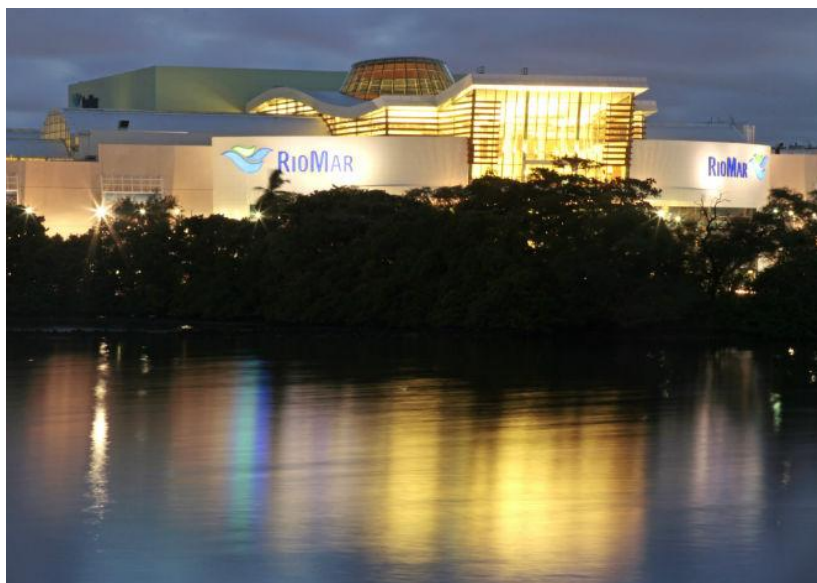
Confira os horários de funcionamento de diversos locais no Grande Recife para os dias de jogos da Seleção Brasileira na primeira rodada da Copa, nesta terça-feira (17), entre Brasil e México, e no dia 23 de junho entre Brasil e Camarões.

COMÉRCIO CENTRO E BAIROS - O comércio do Centro do Recife e dos bairros fechará uma hora antes das partidas e não reabrirá após.

MERCADOS PÚBLICOS E FEIRAS LIVRES - Funcionarão normalmente em dias de jogos da seleção brasileira. Porém o horário de fechamento ainda ficará a critério de cada feirante.

SHOPPING RECIFE - Nesta terça-feira (17) e no dia 23 de junho fecha 30 minutos antes dos jogos e reabre 30 minutos após a partida.

RIOMAR SHOPPING - Nesta terça-feira (17) fecha 30 minutos antes dos jogos e reabre 30 minutos após as partidas. A exceção será no dia 23 de junho, quando as lojas não reabrirão após o jogo.



RioMar fechará 30 minutos antes do jogos. Foto

SHOPPING BOA VISTA E SHOPPING GUARARAPES - Nesta terça-feira (17), fecharão 30 minutos antes do jogo e reabrirão 30 minutos após a partida.

PLAZA SHOPPING - Fecha 30 minutos antes dos jogos e reabre 30 minutos após a partida nesta terça-feira (17). No dia 23 de junho, as lojas fecham 30 minutos antes das partidas e não reabrirão após.

SHOPPING TACARUNA E PAÇO ALFÂNDEGA - Fecham 30 minutos antes dos jogos e reabrem 30 minutos após o jogo desta terça-feira (17). Com exceção do dia 23 de junho, quando as lojas não reabrirão após o jogo.

SUPERMERCADOS - Funcionam em esquema especial. De acordo com a Associação Pernambucana de Supermercados, alguns estabelecimentos poderão fechar até uma hora antes da partida e reabrem logo após.

BANCOS - Nos dias de jogos do Brasil, caso não haja decreto de feriado local, todos os bancos devem abrir ao público das 8h30 às 12h30.

EXPRESSO CIDADÃO - Todas as agências funcionarão até as 12h30.

DETRAN - Em dias de jogos do Brasil, todos os postos de atendimento funcionarão até as 12h30.

CORREIOS - As agências funcionarão das 9h às 13h, com exceção para as unidades dos shoppings e do aeroporto que têm horário especial, reabrindo após o jogo e funcionando até as 20h. No Shopping Recife a agência abre às 10h e fecha às 15h30. No RioMar Shopping e no Aeroporto do Recife, funcionam das 9h às 15h30.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE) - Encerra o expediente regular às 12h. Das 13h às 21h passa a funcionar em regime de plantão. O plantão de 1º grau será realizado no fórum Thomaz de Aquino, próximo à Fan Fest Recife, no Cais da Alfândega. O plantão do 2º Grau continua no Palácio da Justiça, no bairro de Santo

Antônio.

LOCAIS CULTURAIS DO RECIFE

CAIS DO SERTÃO - Nesta terça-feira (17) funciona das 9h às 14h e no dia 23 de junho, das 9h às 15h. Nos demais dias os esquema será normal, nas terças e quintas-feiras, das 9h às 18h; sextas, das 9h às 21h e sábados e domingos, das 13h às 19h.

PAÇO DO FREVO - Em dias de jogos do Brasil encerrará seu expediente uma hora mais cedo. O espaço é fechado sempre as segundas-feiras. Às terças, quartas e sextas-feiras, funciona das 9h às 18h; e às quintas-feiras, das 9h às 21h; e nos sábados e domingos, das 12 às 19h.



Paço do Frevo

MUSEU DO ESTADO - Nesta terça-feira (17) e no dia 23 de junho, funcionará das 9h às 12h. Nos dias 14, 20, 24, 26 e 29 o museu estará fechado. Nos demais dias de junho segue o horário normal: terça a sexta, das 9h às 17h, e sábados e domingos, das 14h às 17h.

INSTITUTO RICARDO BRENNAND - Fechará em dias de jogo do Brasil. Abrirá normalmente nos demais dias: de terça a domingo, das 13h às 17h.

FORTE DAS CINCO PONTAS/MUSEU DA CIDADE - Em jogos do Brasil e da Arena Pernambuco só ficará aberto até às 12h. Abre de terça a sexta, das 9h às 17h e sábados e domingos das 13h às 17h.

CENTRO DE ARTESANATO - Expediente será reduzido. Nesta terça-feira (17), abrirá das 9h às 14h30 e no dia 23, das 9h às 15h30.

CAIXA CULTURAL - Em dias de jogos da Seleção Brasileira encerrará os serviços uma hora antes da partida. Nos outros dias de Copa, o equipamento manterá seu funcionamento, ficando aberto de terça a sábado, das 10h às 20h, e domingo, das 10h às 18h.

Assunto: Juízes negros são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ	
Veículo: NE10	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Nacional // Levantamento

Juízes negros são 1,4% dos magistrados, aponta censo do CNJ

Publicado em 16.06.2014, às 15h34

[Tweet](#)



Joaquim Barbosa é o primeiro negro a presidir a Corte

Foto: Reprodução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou nesta segunda-feira (16) o resultado do primeiro Censo do Poder Judiciário, feito de forma voluntária por servidores e magistrados de todo o país. Os dados apontam que o perfil da magistratura é o de homens brancos (84,5%), com média de idade de 45 anos, casado e com filhos. Conforme a pesquisa, 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% negros e apenas 0,1% se identificaram como indígenas. De acordo com a classificação racial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos e pardos, somados, formam o grupo de negros.

O censo teve participação de 60% (170,7 mil) dos servidores do Judiciário e de 64% dos juízes (10,7 mil). Apesar de poucos juízes afrodescendentes na Justiça, em dois anos, o percentual de negros que ingressaram na carreira cresceu de 15% para 19%.

A pesquisa também mostra que 64% dos juízes são homens e 36% são mulheres. A presença de magistradas é maior na Justiça do Trabalho (47%). Do total de juízas que responderam ao censo, 65% afirmaram que a vida pessoal é afetada pela carreira em

relação aos colegas homens. Pelo fato de ser mulher 30% das juízas informaram que vivenciaram reações negativas.

O Censo Nacional do Poder Judiciário teve início em agosto do ano passado e foi elaborado para definir o perfil dos magistrados e de servidores. De acordo com o CNJ, o censo terá importância para a formulação de políticas de recursos humanos e públicas do Judiciário.

Matéria alterada às 13h27 do dia 16.06.2014 para corrigir informação. O percentual de magistrados negros é 15,4% (1,4% de pretos e 14% de pardos) e não 1,4%, como dizia o texto. O título também foi alterado.

Fonte: Agência Brasil

Assunto: Trio de canibais vai a júri popular em outubro	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Trio de canibais vai a júri popular em outubro



Um dos julgamentos do trio acusado de matar, comer a carne e esconder os restos mortais de mulheres em Olinda e Garanhuns já tem data: 20 de outubro, às 9h. O dia do júri popular dos réus Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Pires e Bruna Cristina Oliveira da Silva foi marcado pela juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda, pelo assassinato de Jéssica Camila da Silva Pereira, então com 17 anos.

Segundo a denúncia do Ministério Público, a vítima foi assassinada em maio de 2008, no bairro de Rio Doce, em Olinda. Após o crime, os réus também passaram a [criar a filha de Jéssica](#). Uma das acusadas, Bruna Cristina, ainda assumiu a identidade de Jéssica Camila.

Jorge, Isabel e Bruna estão sendo acusados por homicídio quadruplicamente qualificado (por motivo fútil, com emprego de meio cruel, sem dar chance de defesa à vítima e para assegurar impunidade, ocultação e outros crimes) e ainda ocultação de cadáver e vilipêndio, o que significa desrespeitar o cadáver.

Os acusados vão permanecer presos até o dia do júri popular. A defesa deles ainda pode recorrer.

RELEMBRE O CASO - A polícia chegou até os acusados após a família de uma das vítimas, Alexandra da Silva Falcão, que teve os seus restos mortais encontrados na casa em que o trio vivia em Garanhuns, levar à delegacia uma fatura de cartão de crédito apontando que, embora ela estivesse desaparecida, compras estavam sendo feitas com a

sua documentação em Garanhuns. Com a informação, foram solicitadas as imagens das câmeras de segurança da loja, que permitiram localizar os réus.

Presos em 2012, os acusados confessaram estar usando os documentos da vítima e afirmaram também ter matado Alexandra e Giselly Helena da Silva, também desaparecida. Em depoimento, eles também confessaram terem enterrado os corpos no quintal da própria casa. Quando chegaram à residência, os policiais foram recebidos por uma criança de apenas cinco anos que deu informações do crime para a polícia e apontou os locais onde estavam enterrados os corpos.

O trio foi encaminhado para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), em Itamaracá, a pedido da juíza Maria Segunda Gomes após a primeira audiência do caso no Fórum de Olinda no dia 25 de outubro. O [laudo do HCTP indicou que eles não têm transtornos mentais](#) e, por isso, podem ser julgados pelos crimes.

Assunto: Joaquim Barbosa sobre cotas no Judiciário: Estou de saída, não estou nem aí	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Joaquim Barbosa sobre cotas no Judiciário: Estou de saída, não estou nem aí



“Não sei e estou de saída. Não estou nem aí”. Estas foram as palavras do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, em resposta a questionamento de jornalistas sobre os dados do Censo do Judiciário, que mostrou que apenas 1,4% dos magistrados do país são pretos.

Perguntado se o censo poderá levar à discussão sobre as cotas no Judiciário, Barbosa usou uma expressão em alemão para dizer que não está preocupado com o assunto porque irá se aposentar. “Não sei e estou de saída. Es ist mir ganz egal [expressão em alemão que significa 'para mim tanto faz']”. Não estou nem aí”, afirmou, ao deixar a última sessão do conselho antes de sua aposentadoria, prevista para o fim do mês.

Questionado sobre o balanço de sua gestão e a última sessão no CNJ, Barbosa afirmou: “Eu tenho um balanço, procurem a assessoria. Balanço de ordem financeira, orçamentária, de ordem administrativa, disciplinar, tem todos esses dados. Agora, vocês nunca querem saber”.

O Censo do Poder Judiciário, apresentado por Barbosa em sua sessão à frente do CNJ, foi feito de forma voluntária por servidores e magistrados de todo o país. Os dados

apontam o perfil médio da magistratura é de homens brancos (84,5%), com média de idade de 45 anos, casado e com filhos.

De acordo com o levantamento, 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% pretos e apenas 0,1% se identificaram como indígenas. De acordo com a classificação racial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somados, pretos e pardos formam o grupo de negros.

Assunto: Obras de demolição do Caiçara ainda sem previsão	
Veículo: Leia Já	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Obras de demolição do Caiçara ainda sem previsão

Decisão do juiz Marcone Fraga autorizou reinício das demolições do antigo prédio no Pina.

A construtora Rio Ave, responsável pelo projeto de um novo empreendimento no terreno do Edifício Caiçara, na Avenida Boa Viagem, ainda não sabe quando reiniciará as obras de demolição do antigo imóvel. A assessoria da construtora afirmou que, até o momento, não há posicionamento oficial da empresa sobre a decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública, publicada na última sexta-feira (13), no Diário Oficial do Estado.

Construído no final da década de 1930, o histórico Edifício Caiçara foi protagonista de muitos debates impulsionados pela mobilização social. Na sexta-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) revogou a liminar que impedia a demolição do imóvel localizado na Avenida Boa Viagem, no bairro do Pina. A decisão foi do juiz Marcone José Fraga, da 5ª Vara da Fazenda Pública.

“Desapontamento. É com este sentimento que recebemos a notícia. A luta torna-se desigual quando um grupo de especialistas se mostra insensível à conservação e mais ligado ao interesse os empreendedores”, apontou o professor de Arquitetura e membro do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Recife, Tomás Lapa. O docente lastima que parte da população não consiga compreender o real valor do imóvel para a vida da cidade.

“Desde o século XIX, William Morris, fundador da sociedade de proteção dos edifícios antigos na Inglaterra, dizia que devemos preservar não só os grandes monumentos, mas também a pequena arquitetura. O Caiçara não pode ser comparado com as pirâmides do Egito nem o Museu do Louvre, absolutamente. Mas ele é um testemunho de um estilo, de uma época e é, sim, memória importante”, assegurou Tomás Lapa, ao lamentar a determinação judicial.

No texto publicado no Diário Oficial, o juiz Marcone Fraga afirma que devolve a “autoridade das licenças concedidas para a demolição do prédio” para a Rio Ave, construtora responsável pela obra. O magistrado registrou, no documento, que o edifício Caiçara “trata-se apenas de um prédio velho e não de um prédio histórico. Não há que se confundir velharia com historicidade. Daí que não se vê qual a importância arquitetônica do Edif. Caiçara para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife, não há nada ali que represente um tempo que deva, em outro tempo, permanecer”.

Assunto: Justiça nega federalização do caso promotor Thiago Faria	
Veículo: Leia Já	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Justiça nega federalização do caso promotor Thiago Faria

Investigações voltam a ser feitas pela Polícia Civil. Crime segue sem respostas



Promotor foi assassinado a caminho do trabalho na PE-300, no município de Itaíba

Após oito meses, as investigações sobre a morte do promotor Thiago Faria seguem sem desfecho. Nesta segunda-feira (16), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a federalização do caso. Agora, com o pedido negado, as investigações voltam a ser feitas pela Polícia Civil.

A federalização foi solicitada desde fevereiro pelos promotores que integravam o grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A equipe queria que a Polícia Federal passasse a apurar o caso por achar que a Polícia Civil não estava fazendo um bom trabalho.

Depois desse pedido, os promotores do Gaeco foram afastados pelo próprio Ministério Público de Pernambuco. O que gerou estranheza na categoria, já que até hoje, o procurador-geral de Justiça, Aguinaldo Fenelon, não deu justificativas e nunca comentou sobre o afastamento.

Nos corredores do Ministério, a informação é de que nem os próprios juristas afastados sabem o motivo do desligamento das investigações. Na época, a equipe do **LeiaJá** entrou em contato com as duas partes, porém, o MPPE- por meio da assessoria- informou que só iria se pronunciar após o caso ser federalizado. Já os promotores afastados falaram que só divulgariam algo para a imprensa depois que o procurador-geral tivesse um posicionamento.

Passados dois meses, e mesmo com este anúncio da negação do pedido do Gaeco, o Ministério segue sem nenhuma resposta. Nesta segunda, nossa equipe tentou mais uma vez entrar em contato com algum representante do MPPE para comentar sobre o caso, mas não obteve sucesso.

A única pessoa que falou com nossa equipe sobre a decisão do STJ foi o chefe da Polícia Civil de Pernambuco, Osvaldo Moraes. Porém, ele explicou que só vai se pronunciar sobre o caso depois de receber oficialmente o documento da Justiça.

A decisão foi do Ministro Rogerio Schietti Cruz. De acordo com ele, não há motivos para a PF investigar o crime. “O instituto de deslocamento de competência é utilizado em situações excepcionalíssimas, em que efetivamente houver demonstração concreta de risco de não cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Estado brasileiro seja parte, até para não se banalizar esse instrumento e não esvaziar a competência da Justiça Estadual”, relatou no processo.



O Promotor foi assassinado no dia 14 de outubro de 2013 na PE-300, em Itaíba, no Agreste de Pernambuco. Ele dirigia o carro quando foi morto com quatro tiros. Thiago estava acompanhado da noiva, a advogada Mysheva Martins e de um tio dela. Os dois não ficaram feridos.

Dois dias após o crime - em 16 de outubro - um dos suspeitos de ter atirado contra o promotor, o agricultor Edmacir Ubirajara, foi preso. De acordo com a linha de investigação da polícia, ele teria executado Thiago a mando do cunhado, o fazendeiro José Maria Pedro Rosendo Barbosa, por causa da posse de uma fazenda que fica localizada em Águas Belas, cidade vizinha a Itaíba.

Ainda segundo a Polícia, a fazenda era de José Maria, mas foi perdida depois de dívidas contraídas com a Justiça Federal. Num leilão realizado na cidade, as terras foram arrematadas por Mysheva com a ajuda do promotor. O que teria feito o suspeito encomendar o crime. Assim que soube que a polícia estava à sua procura, o fazendeiro fugiu.

No dia 18 de dezembro, Edmacir foi solto por falta de provas. No entanto, José Maria continua foragido. Ele já mandou dois vídeos a imprensa local. No último, o fazendeiro disse mais uma vez que era inocente e chegou a acusar a noiva do promotor do homicídio.

Assunto: Canibais de Garanhuns: acusados vão a júri em outubro	
Veículo: Leia Já	Data: 16/06/2014
Editoria:	Seção:



Canibais de Garanhuns: acusados vão a júri em outubro

Eles usavam parte dos corpos das vítimas para rechear salgados, como coxinhas e empadas



O Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu que o trio conhecido como “Canibais de Garanhuns”, acusado de matar e guardar parte dos corpos das vítimas para rechear salgados, como coxinhas e empadas, vai a júri popular no dia 20 de outubro deste ano, às 9h. A decisão foi proferida pela juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda.

De acordo com a sentença, os réus, Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, Isabel Cristina Torreão Píres e Bruna Cristina Oliveira da Silva, vão responder pela morte de Jéssica Camila da Silva Pereira, na época com 17 anos. O crime ocorreu em 2008, na cidade de Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco, a vítima foi assassinada no mês de maio, na Avenida Colibri, Rua-A, número 1272, Loteamento Boa Fé-I, em Rio Doce, Olinda. O corpo da adolescente foi partido em pedaços. Após o crime, os réus também passaram a criar a filha da vítima. Uma das acusadas, Bruna Cristina, ainda assumiu a identidade de Jéssica Camila.

O trio está sendo acusado de homicídio quadruplamente qualificado, por motivo fútil e sem chance de defesa a vítima, e ainda por ocultação de cadáver.

ENTENDA O CASO PROMOTOR

